

Páginas fechadas, à espera de leitores

Closed pages, waiting for readers

ROSANE DE BASTOS PEREIRA¹

PEDRO DA CUNHA PINTO NETO²

RESUMO: Este artigo discorre sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), um dos sustentáculos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Criado em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), o programa garante a distribuição de acervos literários, obras de referência e de pesquisa a estudantes e professores de escolas públicas do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos. O Programa é reconhecido como ímpar no mundo não apenas pelos altos investimentos, mas também pelo seu alcance, visto que todas as regiões brasileiras são contempladas em razão do cadastro anual das escolas feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Embora ricos acervos literários sejam enviados às escolas, o impasse da leitura permanece, e os livros ainda não foram incorporados ao contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); leitura; escola pública.

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

2. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

ABSTRACT: This paper discourses about the National School Library Programme (PNBE), one of the pillars of the National Book and Reading Policy (PNLL). Created in 1997 by the Ministry of Education (MEC) with support from the National Fund for Education Development (FNDE) and the Department of Basic Education (SEB), the programme ensures the distribution of literary collections, reference works and research to students and teachers in public schools, from Primary to Middle Education, and Youth and Adults Education. The PNBE is recognized as unique in the world not only for the amount of public investment, but also for its scope, considering that all Brazilian regions are covered due to the annual registration of schools conducted by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). Although very rich literary collections are sent to schools, the reading's deadlock still continues, and the books have not yet been incorporated into the school context.

KEYWORDS: National School Library Program (PNBE); reading; state school.

OS ESPELHOS

Está ouvindo a neve contra as vidraças, Kitty? Soa tão agradável e suave! Como se alguém estivesse beijando a janela toda do lado de fora. Será que a neve ama as árvores e os campos que beija tão docemente? Depois ela os agasalha, sabe, com um manto branco; e talvez diga: "Durmam, meus queridos, até o verão voltar." E quando eles despertam no verão, Kitty, se vestem todos de verde, e dançam... onde quer que o vento sopra... oh, isso é muito lindo!" exclamou Alice, soltando o novelo da lâ para bater palmas. "E eu gostaria tanto que fosse verdade! O que sei é que os bosques parecem sonolentos no outono, quando as folhas estão ficando castanhas"

LEWIS CARROL

No começo, havia uma vidraça. Havia uma garota e sua gatinha. Havia a neve, branca, suave, que ia de encontro ao vidro. Mas, de repente, a menina é transportada da realidade ao sonho aparente e, como num passe de mágica, deixa a gatinha Kitty na sala e entra na Casa do Espelho, onde começa a perceber características estranhas, incomuns que, aos poucos, vão nos remetendo a situações que, muitas vezes, acontecem diante dos nossos olhos. É assim que o autor inglês Lewis Carroll (1832-1898) inicia a obra *Através do espelho - E o que Alice encontrou por lá*, publicada pela primeira vez em 1866³.

3. A obra é utilizada como referência para a construção da tese "O leitor através do espelho – E o que ele ainda não encontrou por lá!", desenvolvida com bolsa do CNPq no País e com bolsa PDSE-Capes na Inglaterra.

Sabe-se que na Casa do Espelho há uma ordem, às vezes até bizarra, mas ainda assim uma ordem. E sabe-se, também, que o mundo gira em torno de regulamentos. A metáfora aqui utilizada serve de mote para dizer que as esferas de governo possuem regras e modos de organização próprios que incidem sobre as políticas formuladas. Com relação ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), sua engrenagem, refletida na política de distribuição de livros, se movimenta rápido e em direções bem definidas.

Trata-se de um programa único no mundo tanto pela sua dimensão quanto pelo alcance em termos de investimentos e distribuição de acervos literários às escolas públicas. Considerando-se o contexto de políticas e programas de leitura, o PNBE é singular, se comparado à política do livro⁴ em outros países, em virtude de sua complexidade, recursos financeiros investidos, quantidade de obras adquiridas e da dimensão geográfica do Brasil, que abarca centenas de escolas públicas. Cada etapa está integrada ao Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que se efetivou em 2006 como uma Política de Estado do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (Minc) para fomentar a leitura no Brasil.

Durante a fase inicial do levantamento de dados da tese *O leitor através do espelho - E o que ele ainda não encontrou por lá!*, em 2008, foram visitadas, em Campinas (SP), oito escolas: Adalberto Nascimento, no bairro Taquaral; Professor Aníbal de Freitas, no jardim Nossa Senhora Auxiliadora; Culto à Ciência, no bairro Botafogo; Professor Hilton Federici, na Vila Santa Isabel; Professora Ana Rita Pousa, na Vila Esmeralda; Barão Geraldo de Rezende, no distrito de Barão Geraldo; Professora Dora Maria Maciel de Castro Kanso, no Village Campinas; e Colégio Técnico de Campinas (Cotuca/Unicamp), no bairro Botafogo. O objetivo era fazer um mapeamento das escolas onde os livros do PNBE eram utilizados pelos professores para que, no decorrer da investigação, fosse possível desenvolver um trabalho sistemático de análise da contribuição desses acervos para a formação de alunos leitores.

Nas escolas percorridas, duas situações eram recorrentes – encontrar os livros do PNBE guardados nas caixas, sem que ao menos tivessem sido abertas, ou, se havia bibliotecas, ainda que precárias, não havia um profissional com formação específica para fazer a ponte entre o livro e o aluno. Em uma dessas escolas, quem cuidava dos acervos era a mesma pessoa responsável pela máquina de xerox e que

4. Em 30 de outubro de 2003 foi publicada a Lei nº 10.753, que institui a Política Nacional do Livro. Em seu art. 1º, parágrafo I, a lei define a necessidade de “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro”. (BRASIL, 2003).

trabalhava para a escola sem vínculo empregatício havia décadas, o que a deixava em condição de instabilidade permanente. Em outra escola, a responsável pela biblioteca era a mesma funcionária que também atuava na inspeção dos alunos enquanto eles estavam fora das salas de aula.

O único lugar que agregava acervos do PNBE, bem como biblioteca e bibliotecária era o Colégio Técnico de Campinas (Cotuca), vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que possui uma infraestrutura completamente distinta das escolas públicas de Ensino Médio, podendo ser considerado uma exceção à regra. O fenômeno identificado em Campinas (SP), e que parecia, à primeira vista, ser algo isolado, já simbolizava a existência de um problema recorrente em nível nacional e que se estende à maioria das escolas públicas.

Dando sequência ao processo de levantamento do uso dos acervos do PNBE, foram encontradas, no ano seguinte, em 2009, apenas duas escolas públicas em Campinas (SP) onde as obras de literatura, referência e pesquisa enviadas pelo MEC estavam dispostas para uso dos alunos e professores. Essas escolas faziam parte do então recém-criado Programa “Sala de Leitura”, idealizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para atender alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas escolas, contudo, enfrentavam a dificuldade de manter as salas em funcionamento, e o principal problema dizia respeito ao profissional responsável por trabalhar com o acervo, em virtude da rotatividade desses professores.

OS PROGRAMAS DE LEITURA E A DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS

Os programas de leitura despontaram no Brasil especialmente a partir da década de 1980, quando o País ainda vivia o período da Ditadura Militar (1964-1985). O livro didático, que sempre ocupou lugar de destaque nas políticas de distribuição de livro, começou a conviver com a presença dos livros de literatura.

De 1984 a 1987 esteve em vigor o Programa Nacional Sala de Leitura (PNLS), criado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), cuja finalidade era enviar acervos para as escolas, tarefa realizada com a participação das secretarias de Estado e universidades, que tinham como incumbência capacitar professores a partir dos livros e periódicos enviados, também usados pelos estudantes.

Assim que o PNLS deixou de existir, em 1987, houve um hiato de cinco anos durante os quais nenhum outro programa foi idealizado. Somente em 1992, portanto,

foi lançado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Nesse mesmo ano, a partir de uma parceria entre o governo brasileiro e o governo francês, foi criado o Pró-Leitura na Formação do Professor, cujo objetivo era estimular a leitura nas escolas com a participação de alunos e professores do Ensino Fundamental, professores em formação e pesquisadores, e que deixou de existir em 1996. Concomitante ao Pró-Leitura e ao Proler existia ainda, a partir de 1994, o Programa Nacional Biblioteca do Professor. Seu propósito era formar professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, com o envio de acervos de livros, além da produção e difusão de materiais de capacitação.

Com o surgimento do PNBE, em 1997, este Programa deixou de existir. Dentre todos, o programa mais antigo, que completou vinte anos em 2012, é o Proler. Contudo, apesar da longevidade, segundo a pesquisadora Eliana Yunes (2012), diretora da Cátedra Unesco de Leitura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e uma das idealizadoras do Proler junto com o poeta e ex-diretor da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Affonso Romano de Sant'Anna, questões políticas dificultam o andamento do programa: “O Brasil é mestre em jogar fora a criança com a água do banho” (YUNES, 2012, s/p)⁵.

A primeira edição do PNBE chegou às escolas em 1998, composta por obras de literatura brasileira e estrangeira selecionadas por mestres e doutores, professores em universidades federais, “profissionais com múltiplas experiências, entre as quais a docência na educação básica e a formação de professores”⁶. Desde 2006, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceale/UFMG) assumiu o processo de avaliação das obras que integram o Programa.

Ao longo dos anos, as edições do PNBE sofreram mudanças. No começo, pensou-se na possibilidade de enviar acervos às comunidades locais, e não apenas aos estudantes e professores, para que fossem constituídas bibliotecas comunitárias nos municípios e bibliotecas pessoais nas casas dos estudantes e suas famílias, bem como bibliotecas pessoais nas casas dos professores. Mas, com o passar do tempo,

5. “Eliana Yunes – 20 anos do Programa Nacional...”, entrevista realizada pelo blog Acesso em 15 de maio de 2012 por ocasião das atividades comemorativas dos 20 anos do Programa. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
6. Conforme texto oficial sobre o funcionamento do Programa. Todas as informações referentes ao PNBE encontram-se permanentemente disponíveis no site do Ministério da Educação: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-funcionamento>>.

priorizou-se o envio de livros às escolas para a formação de bibliotecas, prática que permanece até os dias atuais. Nos anos pares são atendidos os alunos das creches e pré-escolas ou Educação Infantil, primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos anos ímpares são atendidos os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Ensino Médio.

FASES DE ADAPTAÇÃO

O MEC investe em eixos ou ações do PNBE com características diferenciadas. Algumas dessas ações se mantêm por anos e outras duram apenas uma edição. Ao longo da existência do Programa foram criados o PNBE Periódicos, o PNBE Especial, o PNBE do Professor e o PNBE Temático, que permitem às editoras se inscrever e apresentar os acervos que melhor se adéquem às novas propostas que surgem de tempos em tempos. São enviadas revistas, obras de orientação pedagógica aos professores, livros de literatura infantil e juvenil “em formato acessível aos alunos com necessidades educacionais especiais sensoriais”⁷, e obras de referência. O objetivo é oferecer suporte aos professores no preparo e aplicação das aulas e materiais temáticos que priorizam e enfatizam a diversidade humana, tendo como um de seus propósitos promover o conhecimento a respeito da vida em sociedade, com as diferenças e desigualdades tão peculiares à cultura brasileira.

Se nos anos 1998, 1999 e 2000 a política do MEC, com as primeiras edições do PNBE, era alimentar as bibliotecas das escolas públicas, nos anos 2000, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ampliou o atendimento e encaminhou material didático-pedagógico também para professores do Ensino Fundamental das escolas que participaram do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Programa Parâmetros em Ação. Entre os materiais enviados estavam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Com obras destinadas aos alunos de 4ª e 8ª séries (respectivamente 5º e 9º anos), e a suas famílias, para que fossem levadas para suas casas como estímulo para compor a biblioteca familiar, o MEC criou, entre 2001 e 2002, o “Literatura em Minha Casa”. No ano seguinte, em 2003, foram desenvolvidas mais quatro ações dentro do PNBE: “Biblioteca Escolar”, para alunos do 6º ao 9º anos; “Biblioteca

7. Informações contidas no site oficial do PNBE, no item “Histórico”, disponíveis em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-historico>>.

do Professor”, em que os livros eram destinados para uso próprio do docente, em casa, sem que tivessem que retornar à escola; “Palavra da Gente”, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e “Casa da Leitura”, com acervos entregues aos municípios para serem usados em bibliotecas públicas.

Sem sofrer nenhuma inovação, essa dinâmica do Programa se manteve em 2004, e o MEC deu continuidade às ações dos anos anteriores. Mas, em 2005, o foco do PNBE foram os acervos das bibliotecas das escolas de 1ª à 4ª séries (2º e 5º anos) do Ensino Fundamental. “Tal ação significou a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola” (BRASIL, 2008, p. 8). Um ano mais tarde, os livros foram enviados aos estudantes de 5ª à 8ª séries (6º ao 9º anos) do Ensino Fundamental. A partir de 2007, as edições começaram a ser planejadas com um ano de antecedência, o que significa que naquele ano foram selecionadas as obras que comporiam o PNBE de 2008, e por essa razão não houve uma edição do Programa em 2007.⁸

A edição do PNBE de 2008 destinou-se às turmas que cursavam os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), Ensino Médio e unidades de Educação Infantil, e a edição do ano seguinte distribuiu livros às séries finais (6º ao 9º anos) do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É importante ressaltar que uma das regras do Programa é alternar os critérios de distribuição dos acervos de acordo com os anos escolares, de modo que as versões do PNBE de 2009 a 2013 não sofreram mudanças muito significativas, a não ser pela ampliação dos investimentos e a criação de novos programas no interior do PNBE, aspectos presentes na edição de 2010 – ano que, além do envio de acervos a alunos da Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), trouxe as versões do PNBE do Professor e PNBE Especial, bem como o PNBE Periódicos. Em 2011 receberam livros as escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e do Ensino Médio, bem como o PNBE Periódicos.

Seguindo a dinâmica já estabelecida, a edição do PNBE 2012 foi direcionada aos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental, Educação Infantil (creches e escolas), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao PNBE Periódicos. Entretanto,

8. Até 2006, cada edição do Programa se referia ao ano de aquisição das obras e, a partir de 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento das escolas. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-anteriores>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

como explica o Ministério da Educação, “esta versão do programa teve como novidade a aquisição das obras também em formato MecDaisy⁹, tecnologia que cria livros digitalizados com áudio. A versão 2013¹⁰ do Programa encaminhou acervos para escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), Ensino Médio, incluindo o PNBE Periódicos, PNBE Temático e PNBE do Professor.

MERCADO LIVREIRO

Toda a estrutura montada pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola atrai ávidos editores, que tentam se adequar para que possam ser aceitos nos editais divulgados anualmente. Uma das questões complexas, e até hoje bastante criticadas, quanto à política de seleção de livros para o PNBE é a participação maciça dos grandes grupos de editores, que monopolizam o mercado. Houve, em 2005, em função de críticas ao Programa, alterações no edital, que ampliou para 60 o número de editoras selecionadas, o que não aplacou a irritação de editores de livros escolares.

As editoras pequenas, ainda que nos últimos anos tenham tido a chance de se inscrever no PNBE, concorrem com as mais poderosas, em uma espécie de luta às avessas entre Davi e o gigante Golias. Em 2006, foram inscritas 1.718 obras no PNBE e selecionadas 225 (PAIVA, 2012). Das 170 editoras que participaram do processo de seleção, foram escolhidas 70, e 100 ficaram à margem, tendo seus livros excluídos dos acervos daquela edição do Programa.

A concepção de cada edição envolve uma ampla cadeia produtiva, que se inicia no Ministério da Educação com o FNDE, que executa o PNBE com a participação da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Educação Especial (Seesp), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que atuam em conjunto e definem como serão os acervos, suas características, instrumentos legais e a execução do Programa. Para isso, instala-se uma Comissão Técnica cuja tarefa é avaliar e escolher as obras que farão parte de todos os acervos. As etapas de cada fase do Programa envolvem vários órgãos e o FNDE ocupa posição de liderança.

9. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos/item/406>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

10. Em virtude da finalização da pesquisa de doutorado, o ano de 2013 é a última referência para comparação de dados.

As editoras habilitadas a participar do processo são convocadas pela Comissão Especial de Negociação instituída para negociar o valor dos livros. O mesmo livro comercializado em uma livraria, se vendido ao Governo terá um valor três vezes mais baixo, mas para o editor compensa o negócio, porque ele venderá, de uma só vez, centenas de exemplares daquela obra, o que seria improvável em uma livraria.

Os editais exigem o cumprimento de vários pré-requisitos, mas as editoras neles se especializam,¹¹ tanto que até enviam funcionários às universidades para participar de eventos e palestras acadêmicos. Eles querem ouvir o que os professores, especialmente aqueles que participam de avaliações do MEC, têm a dizer, para que possam cercar o processo por todos os lados, num esforço de adequação às expectativas do Governo e dos especialistas a quem cabe avaliar as obras, em um processo no qual centenas delas serão eliminadas.

Nos últimos anos, mesmo com a entrada de editoras pequenas no processo de seleção dos acervos que vão compor o PNBE, ainda são as maiores que têm suas obras escolhidas em grandes quantidades. Isso significa que uma editora menor concorrerá com grupos poderosos, que possuem várias editoras com selos distintos, inúmeros títulos inscritos em cada edital e larga experiência no mercado editorial.

Há também a preocupação em contemplar obras das diversas editoras que participam do processo de seleção, de forma a tornar o processo mais democrático, lembrando, entretanto, que estamos designando editoras todos os selos que inscrevem títulos, independente dos grupos editoriais dos quais algumas delas fazem parte, já que o edital do FNDE não restringe a participação de grupos editoriais com seus diferentes selos concorrendo de forma autônoma. (PAIVA, 2012, p. 305).

CONTROLE DE QUALIDADE

Além de ser uma mercadoria à venda no mercado editorial, submetido a um rígido controle de qualidade e adequação às propostas do PNBE – o que significa a existência de várias etapas durante um complexo processo de seleção –, o livro também é considerado um valor simbólico. Os acervos escolhidos pela equipe do Ceale/UFMG passam pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo

11. Funcionários das grandes editoras frequentam eventos em universidades para poder se entranhar mais no mundo acadêmico e descobrir brechas para que seus livros sejam aceitos pelos pareceristas do PNBE. Chegam até mesmo a fazer perguntas e a dizer claramente quem são e por que estão ali.

(IPT), que faz o controle de qualidade de acordo com as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas ISO e os manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

No Ceale há uma avaliação para checagem, quanto às exigências técnicas, em que são observados a capa, o acabamento, o formato e o miolo, e se as obras se caracterizam como de “cunho explicitamente moralizante e didatizante” (PAIVA, 2012, p. 303). As que se incluem nessa categoria são eliminadas do processo logo no início. Segundo Paiva (2012), cada parecerista recebe de 16 a 20 obras variadas, ou “lotes”, para avaliar.

Passados seis anos, desde nossa entrada no processo, as inquietações se avolumam. Somos confrontados, a cada edição do PNBE, com questões para as quais não temos respostas. O que mais incomoda em processos avaliativos como esse é a urgência da tarefa, a amplitude e diversidade do atendimento, a responsabilidade de selecionar. Afinal, trata-se de escolher o que há de melhor, de mais interessante para os leitores pretendidos, em formação, aproximando-os de uma literatura de qualidade, pelo menos aquela que acreditamos corresponder aos padrões estabelecidos como tal. (PAIVA, 2012, p. 301).

As obras inscritas devem considerar três critérios básicos de seleção: qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico que priorizem as preocupações estéticas e conteudísticas, bem como a capacidade de o livro despertar o interesse do jovem leitor. Há, nesse processo, a eliminação de um número elevado de obras inscritas. Os dados do PNBE de 2008 revelam que tem havido uma abundância dos livros compostos por textos em prosa, como comenta Paiva (2008, p. 11):

Sob determinado aspecto, essa predominância da prosa entre os livros inscritos é positiva: é fundamental que a criança, na etapa da Educação Infantil, quando está começando a se inserir, de forma sistemática, no mundo da escrita, vivencie com frequência e intensidade o texto em prosa, para que, além de imergir no mundo do imaginário e da fantasia dos contos e narrativas, e também no mundo da informação, vá construindo o conceito de sistema alfabético e o conhecimento dos usos e funções da escrita. (PAIVA, 2008, p. 11).

Assim que a lista dos livros selecionados é enviada ao MEC pelo Ceale/UFMG, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) inicia o processo de compra dos acervos. A parte final do processo cabe à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que avalia a qualidade técnica do material durante o processo de produção. Contudo, terminada essa etapa, e enviados os livros às escolas, desponta um problema ainda não resolvido pelos idealizadores do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL): quem vai ler os livros?

Sabe-se que o primeiro contato dos acervos com as escolas ocorre assim que o material é entregue pelos Correios, geralmente no fim do primeiro semestre letivo. Nas primeiras edições do PNBE, os professores podiam escolher o que lhes parecia mais adequado para a formação do aluno-leitor, com base na listagem apresentada. Contudo, a partir de 2005, eles deixaram de participar do processo de escolha dos títulos e, portanto, já não há mais o envolvimento da comunidade escolar na escolha, nem há capacitação e divulgação das obras nas escolas.

LIVROS PARA QUEM?

A história do livro está ligada à existência de claras distinções entre ricos e pobres, letrados e iletrados. Estariam, então, as massas condenadas a não desenvolver o gosto pela leitura?

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo. (FREIRE, 1994, p. 11).

O estar no mundo, como um sujeito em constante transformação, traz à tona inúmeras questões sobre o que fazer para que os estudantes, especialmente das escolas públicas, comecem a ler. E o que os impede de fazê-lo? “O Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos” (FREIRE, 1983, p. 41). Esse lugar do leitor, uma espécie de espaço do vazio, ainda não conta com a possibilidade de construção de algo diferente em termos de leitura.

A simples presença de livros nas escolas, como se constata com o PNBE, revela que isso não é o suficiente para a formação de leitores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) iniciou, em 1998, um trabalho de auditoria nos programas do Governo Federal, entre eles o PNBE. “A auditoria objetivou investigar se o PNBE poderia ter seus propósitos atendidos de forma mais efetiva caso houvesse uma melhor utilização dos livros” (BRASIL, 2003, p. 3). Os acervos constituem um alto investimento feito pelo Ministério da Educação (MEC), que se fortalece como o principal comprador de livros no mercado nacional. A partir da auditoria do TCU, o MEC encomendou uma pesquisa-diagnóstico do Programa, publicada em 2008 e intitulada Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras.

Realizada em todo o País entre 2005 e 2006, e coordenada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), em parceria com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (Alpac), o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/Uerj) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a pesquisa traça um panorama geral do PNBE nas cinco regiões brasileiras. O diagnóstico alcançou 65% dos 5.560 municípios do País e identificou que o PNBE se mantém, basicamente, como “um grande programa de distribuição de livros, sem apoio de projetos de formação continuada de professores que tivessem o objetivo de repensar a formação de leitores pelas escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2008, p. 14).

Os pesquisadores entraram em contato com diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, professores, responsáveis por bibliotecas, alunos e famílias brasileiras para identificar as práticas de leitura e o uso que se faz do livro. Os resultados revelam que, na maioria das escolas públicas, ao contrário das expectativas que poderiam supor a existência da leitura no ambiente escolar, as bibliotecas foram preenchidas por pilhas de livros, de maneira desorganizada, e muitos acervos enviados pelo PNBE, desde 1998, permaneciam embalados ou fechados em caixas.

[...] não é a distribuição de acervos que muda as práticas dos professores quanto ao uso dos livros de literatura nas atividades pedagógicas, nem muda nos sujeitos a compreensão do que lêem, melhorando sua apropriação de sentidos. Mesmo quando utilizados, esses livros continuam marcados pela ordem da gramática e do conteúdo, pela busca de resposta certa e única interpretação para a leitura. Por essa razão, a democratização

do acesso à leitura esperada pela distribuição de livros do PNBE, com alcance amplo no que diz respeito a usuários de diversos segmentos — estudantes, professores e pessoas das comunidades — e em variados desenhos — escolas e comunidade, acervos coletivos e individuais, obras e coleções —, parece não ter acontecido como previsto. (BRASIL, 2008, p. 20).

Em artigo publicado na revista *Pro-Posições*, intitulado “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica”, as professoras e elaboradoras da pesquisa do MEC, Jane Paiva e Andréa Berenblum, que coordenaram o estudo diagnóstico do Programa, explicam que ter o livro na escola não significa formar leitores. “Nos casos em que esses materiais são utilizados”, explicam as autoras, “o trabalho pedagógico continua marcado por uma forte tendência à decomposição de textos para o estudo de gramática prescritiva, em busca de respostas corretas e únicas interpretações para a leitura” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 182).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa *O leitor através do espelho – E o que ele ainda não encontrou por lá!* evidencia que a criação de mediadores e agentes de leitura, tal como prevê o PNLL, ainda não se tornou realidade nas escolas públicas brasileiras e não se tem indícios de que isso acontecerá no contexto escolar em um curto espaço de tempo. Embora se imaginasse que fossem atuar em conjunto, PNLL e PNBE se apresentam como duas figuras estranhas – e não complementares – uma à outra, o que contraria a proposta original. A não utilização dos acervos do Programa, ou pelo menos não da maneira predefinida, e a falta de mediadores de leitura nas escolas, sejam eles professores, bibliotecários, dentre outros que, se preparados para a tarefa, poderiam revolucionar a leitura na escola pública, evidenciam ter havido, em algum momento do processo de desenvolvimento do PNLL, uma discrepância entre o que foi pensado e o que é viável na prática diária das escolas.

Diante dessa realidade, entranhada na história da educação pública brasileira, percebe-se claramente que toda a vida em sociedade é fruto de decisões políticas e com a leitura não seria diferente. Assim, esbarra-se numa questão fundamental, que é a formação de mediadores para atuar nas escolas. Em outras palavras, trata-se de saber quem vai se responsabilizar pela utilização dos acervos dentro das escolas de

uma maneira sistemática, voltada realmente para o estímulo da leitura e utilização desses mesmos acervos.

Como se observa a partir dos dados obtidos na pesquisa, o problema-chave que se torna evidente é o distanciamento do PNBE da realidade das escolas e o estranhamento entre as políticas de leitura dos governos federal e estadual, que se sobrepõem. A comunidade escolar recebe os livros, mas os desconhece, e o uso que se poderia fazer dos acervos, bem como a realização de atividades de promoção da leitura dentro das escolas, não está previsto na rotina – e aqui se poderia indagar por que a Política de Estado de leitura ainda não conseguiu se tornar realidade nas escolas. De modo geral, os estudos apontam para a qualidade dos acervos do PNBE. Contudo, destaca-se a morosidade na definição da política de mediação da leitura e de formação de profissionais capazes de desempenhar esse papel dentro das escolas. As páginas continuam fechadas, à espera de leitores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório do Primeiro Monitoramento Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE*. 6ª Secretaria de Controle Externo/Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2003.
- _____. *Lei nº 10.753*, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 1, Edição Extra de 31 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.753.htm>. Acesso em: 24 set. 2009.
- _____. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras*. Secretaria de Educação Básica e Coordenação-Geral de Materiais Didáticos. Elaboração: Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf> Acesso em: 24 set. 2009.
- CARROLL, L. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho*. Ed. com.. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- PAIVA, A. et al. *Literatura na infância: imagens e palavras*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Belo Horizonte: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/literatura_na_infancia.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2012.
- PAIVA, J.; BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.

- PAIVA, A. Selecionar é preciso, avaliar é fundamental: acervos de literatura para jovens leitores. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 301-307, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/11745/8387>> Acesso em: 21 out. 2012.
- PEREIRA, R. B. *O leitor através do espelho* – E o que ele ainda não encontrou por lá! 2013. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

SOBRE OS AUTORES

ROSANE DE BASTOS PEREIRA é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora nessa instituição e pesquisadora associada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino (GepCE) da Faculdade de Educação. *E-mail*: rosanedebastos@gmail.com.

PEDRO DA CUNHA PINTO NETO é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor nessa mesma instituição e pesquisador ligado ao Departamento de Ensino e Práticas Culturais (DEPRAC) e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ciência e Ensino (GepCE).

E-mail: pedrocnpn@unicamp.br.

Recebido em 07 de julho de 2014 e aprovado em 20 de agosto de 2014.